



# MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo



ANO II - Nº 0064  
SEMANTAL

Directora - Tónia Macúcuca | Editor - Mendes José | Il 30 de Julho 2014 | Distribuição Gratuita

## AMVIRO distingue Don Dinis Sengulane



• pag's 2

### TUDO CAMINHA PARA O FIM DA TENSÃO POLÍTICA NO PAÍS



• pag 3

### Governo concessionaria Terminal Portuário de Carvão da Beira



• pag 4

### Comunicação Social Pública debate migração digital



• pag. 5-6

# “Por causa dos acidentes homens e mulheres deixam de dar a sua contribuição na família e na sociedade”

- Presidente da República, Armando Guebuza

Por : Brigida da Cruz Henrique/Moçambique

Os dados anunciados sobre acidentes de viação no país não podem ser interpretados como meros resultados estatísticos, por tratar-se de perda de vidas humanas, contracção de deficiência física e traumas psicológicos. São mulheres e homens que deixam de dar a sua contribuição na família e na sociedade, meios de transporte e infra-estruturas sociais e económicas que são destruídas, cuja aquisição ou construção custaram anos de sacrifício, tanto às vítimas como ao Estado, disse recentemente o Presidente da República, Armando Guebuza, no decurso da terceira Gala Nacional da Associação Moçambicana para as Vítimas de Insegurança Rodoviária (AMVIRO), que distinguiu o bispo anglicano, Dom Dinis Sengulane, pelo papel que desempenha na prevenção de acidentes de viação e no amparo às vítimas de sinistros.

Não se pode assumir que se conhece as causas dos acidentes de viação e medidas para evitá-los, pois a solução ganhará relevância e importância quando todos os cidadãos estiverem sensibilizados quanto à gravidade do problema, sobretudo, o despertar para um diálogo produtivo, pois no centro da tragédia estão os utentes das vias públicas, como condutores, passageiros, peões, bem como veículos e infra-estruturas.

“É preciso que tenhamos responsabilidade, por nós mesmos, pelas nossas vidas, utentes das vias públicas e dos meios de transporte públicos e privados. Cada um de nós é chave para a prevenção dos acidentes de viação”, considera o Chefe do Estado.

Segundo o Presidente da República, cada condutor, passageiro e peão deve respeitar e valorizar a própria vida e a dos outros, e cada veículo que se faz à estrada deve estar em condições de circular em segurança e de não perigar a circulação dos outros utentes da via. Guebuza defendeu que os cidadãos que têm a missão de prevenir os acidentes, de garantir a segurança rodoviária e de impor o cumprimento do código de



Presidente da República, Armando Guebuza na gala da AMVIRO

estrada e da Lei devem assumir sempre o seu papel com isenção, profissionalismo e responsabilidade.

O Presidente da República apontou que a proliferação de acidentes de viação não tem justificação porque o código de estrada aconselha e recomenda prudência e condução preventiva em todos os momentos e circunstâncias e no quadro da segurança rodoviária.

Os cidadãos, as instituições públicas e privadas devem emprestar o seu saber, autoridade e prestígio para elevar o nível de segurança rodoviária, porque o combate aos acidentes no país carece de uma intervenção multisectorial, onde cada um faz a sua parte.

Na sua intervenção, Armando Guebuza recordou que no início da sua governação, há sensivelmente 10 anos, a luta contra a pobreza foi definida como a missão de toda a sociedade, tendo, por isso, se apostado na construção e reabilitação de estradas e pontes para flexibilizar a circulação rodoviária e melhorar a comodidade, facilitar a ligação entre os centros de produção e os mercados de consumo, bem como aumentar a durabilidade dos meios de transporte.

O resultado da aposta é que “o poder de compra dos nossos compatriotas aumentou e o seu nível de vida alcançou novos e mais altos patamares. O aumento

nossas estradas é consequência directa destas mudanças positivas, por todos nós saudadas”, observou o Chefe do Estado Moçambicano, acrescentando que “estes avanços tecem uma teia complexa com outros factores e fenómenos para induzir o aumento de acidentes de viação nas nossas estradas”.

É assim que o Presidente da República reconhece o papel da Associação Moçambicana para as Vítimas de Insegurança Rodoviária (AMVIRO) empenhada em garantir segurança rodoviária no país, tendo, por isso, endereçado saudação especial a Dom Dinis Sengulane, pelo papel que desempenha na prevenção de acidentes de viação e no amparo às vítimas de sinistros, enfatizando que garantir segurança rodoviária é valorizar os avanços alcançados na luta contra a pobreza para o bem-estar de todos os cidadãos.

Intervindo após receber a distinção, o bispo anglicano, Dom Dinis Sengulane, afirmou que a vida humana é sagrada e não pode ser negligenciada, recomendando neste contexto, os condutores a verificarem, antes de saírem de casa, se a viatura que vão usar está em condições e se o próprio condutor está, igualmente, em condições de conduzir o veículo.

“A vida dos utentes não é garantia do negócio”, disse a terminar.

de veículos automóveis em circulação nas

## Tudo caminha para o fim da tensão política no país

Por : Brigida da Cruz Henrique/Moçambique

A última sessão do diálogo entre o Governo e a Renamo foi concorrida pela imprensa, dadas as expectativas de se alcançar a Paz em definitivo. Ainda assim, teve características especiais, porque foram alcançados consensos do documento base. Um passo considerado importante pelo chefe da delegação do Governo, José Pacheco, e pelo chefe da delegação da Renamo, Saimone Macuane, que afirmou ter havido avanços e “esses avanços tem a ver com a estabilidade e bem-estar da população”. As imagens desta edição reflectem essa harmonia.

O documento base aprovado consensualmente contém os elementos essenciais de cessação de hostilidades militares, nomeadamente a integração dos homens da Renamo nas Forças de Defesa de Moçambique, sua reintegração económica e social, entendimento à volta das questões militares e, por último, terminado o processo, nenhum partido deve ter grupos armados, muito menos ostentar armamento ou material bélico. “Esse é um passo muito importante”, considerou José Pacheco, chefe da delegação do Governo à mesa do diálogo com a Renamo.

Embora os quatro principais pontos do documento-mãe tenham sido legitimados pelas partes, falta garantir a implementação do processo e formalizar as responsabilidades de cada interveniente político quanto às acções inerentes à cessação das hostilidades e consolidação da paz, ordem e segurança pública no país.

“Portanto, a sexagésima sexta sessão de diálogo político foi produtiva e, nesse sentido, saímos satisfeitos com o que alcançámos; deu-se um passo muito importante”, apreciou José Pacheco, ajuntando ter havido um entendimento entre as partes, referente às responsabilidades, que defende, entre outros, que os observadores militares internacionais vão monitorar e observar



Aperto de mão entre o chefe da delegação do Governo no diálogo político, José Pacheco e Saimone Macuane da Renamo.

que todos estão a cumprir com o que estabeleceram na mesa do diálogo.

Logo que se concluir a componente das garantias quanto à responsabilização, estarão criadas condições para notificar os mediadores internacionais: Itália, Portugal, Estados Unidos da América, Botswana e Zimbabwe, através das respectivas representações diplomáticas e avançar-se com o processo.

Uma das garantias apontadas por Pacheco é que terminado o processo, ninguém será penalizado, porque determinado elemento esteve envolvido nos ataques, “mas é preciso assegurar que a partir da altura em que já não há ataques, não pode haver violação alguma. Portanto, tem que haver garantias das partes e essa será o instrumento de trabalho dos nossos observadores internacionais” acrescentou. Por seu turno, Saimone Macuane disse a jornalistas que “queremos comunicar aos moçambicanos que em relação ao documento base já há consensos e faltam pequenos aspectos que têm a ver com os mecanismos de garantia, mas o que já fizemos corresponde exactamente a nossa preocupação que visa encontrar uma paz e estabilidade duradouras em Moçambique”. Macuane disse esperar avanços que encorajam passos seguros, em prol dos objectivos já traçados que têm a ver com o bem-estar da população, com a defesa do povo, que é essa, segundo ele, a proposta

da Renamo.

Segundo Saimone Macuane, os pormenores serão conhecidos na próxima ronda de diálogo político se tudo continuar a correr num ambiente harmonioso, como tem acontecido neste últimos dias. “Esta é a mensagem que temos para os moçambicanos, que o processo de diálogo com o Governo está a conhecer passos positivos. Esperamos que o mais rápido possível possamos concluí-lo; nós formulamos um pedido, na mesa hoje (segunda-feira), para podermos ter mais uma ronda na quarta-feira, vai depender do Governo”.

O diálogo está confirmado para hoje (quarta-feira) e, segundo José Pacheco, chefe da delegação do Governo, só se precisa reformular a componente de responsabilidades, pois já há um entendimento entre as partes, que preconiza que os observadores militares internacionais, para além de monitorarem o acordado, conceber-se-á um programa de 90 dias para iniciar a implementação do processo de paz duradoira em Moçambique.

Todavia, caberá ao peritos militares internacionais apurar o número homens a integrar nas Forças de Defesa de Moçambique e nas Forças Policiais, uma actividade que vai começar antes do processo eleitoral.

# Governo concessiona Terminal Portuário de Carvão da Beira

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O executivo moçambicano aprovou o Decreto que aprova os termos do contrato de concessão das infra-estruturas do Terminal Portuário de Carvão, no Porto da Beira, também conhecido por Cais 13, na província de Sofala, à Sociedade Comercial New Coal Terminal Beira, em parceria com a empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique. A medida visa responder ao crescimento económico que o país regista nos últimos tempos e permitir flexibilidade no escoamento de carvão de Moatize e outros minérios.

Segundo o porta-voz do Conselho de Ministros, reunido terça-feira, em décima nona sessão ordinária, Henrique Banze, a medida visa modernizar o Cais 13, que tem sido um dos pontos de escoamento de minérios para os países do hinterland e para a Ásia.

“A modernização do porto permitirá o manuseamento de 20 milhões de metros cúbicos de carga diversa”, afirmou Banze.

Neste momento, o manuseamento de carga no Porto da Beira está avaliado em cerca de seis milhões de metros cúbicos, daí a necessidade deste projecto, para garantir melhores condições de escoamento naquela infra-estrutura.

Henrique Banze referiu, em conferência de imprensa, que o concessionário deve construir, operar e, mais tarde, transferir a gestão do Cais para o governo moçambicano.

## Regulamento do Trabalho Marítimo

O Conselho de Ministros aprovou, igualmente, o Regulamento do Trabalho Marítimo, instrumento que visa orientar as relações de trabalho entre armadores e trabalhadores marítimos, para melhorar a prestação de serviços dos operadores e salvaguardar os direitos dos trabalhadores.

“Estabelece-se as condições mínimas de trabalho neste sector, e as sanções que

devem ser aplicadas a quem não cumpre com as recomendações do regulamento”, explicou Banze.

## Concessão de DUAT à SICOSE e GAGTAMO

Segundo Henrique Banze, o Governo aprovou ainda a resolução que autoriza provisoriamente o pedido da empresa SICOSE e GAGTAMO, Lda, de aquisição de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra, relativo a mais de 23 mil hectares, no posto administrativo de Save, distrito de Machaze. O dirigente apontou que o espaço visa reduzir o conflito Homem-Fauna Bravia, bem como destinado ao Ecoturismo, Safaris de caça e Conservação da Biodiversidade.

## Surto de Febre aftosa

O posto administrativo de Sabiè, na província de Maputo, está sendo assolado pela febre aftosa, que afecta o gado bovino, caprino e suíno.

O porta-voz do Conselho de Ministros explicou que perante esta situação, o governo tomou as medidas necessárias para mitigar a doença, como o isolamento de animais infectados, bem como a restrição de circulação do gado no posto administrativo de Sábie, vigilância epidemiológica, sensibilização das comunidades sobre os cuidados a ter com os animais e vacinação do gado.

## Governo aprovou

A Resolução que ratifica a Resolução n-0 612, que regula os Procedimentos para Subscrição do Capital Inicial Selectivo sob Deliberação do Conselho dos Governadores do Banco de Reconstrução e Desenvolvimento Internacional (BIRD), onde foram alocadas para Moçambique 121 acções adicionais por subscrever, no montante de mais de 14 mil e quinhentos dólares.

A Resolução que ratifica o Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e o Banco

Islâmico de Desenvolvimento (BID), no dia 26 de Junho de 2014, em Jeddah – Reino da Arábia Saudita, no montante de 17, 39 milhões de dólares, destinado ao financiamento do Projecto de Aquacultura e Pesca Artesanal em Águas Interiores, para as províncias de Manica, Tete e Zambézia.

Programa das celebrações do 50-0 Aniversário do Desencadeamento da Luta de Libertação Nacional e Dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

## Assuntos apreciados

### Cimeira entre os EUA e líderes africanos

O Conselho de Ministros apreciou igualmente a visita que o Chefe do Estado, Armando Guebuza, vai efectuar aos Estados Unidos de América, entre os dias 04 e 06 de Agosto, que visa discutir assuntos de interesse do governo norte-americano e dos líderes africanos.

Henrique Banze explicou que o encontro vai discutir basicamente questões económicas, a paz e segurança e sobre futuras gerações.

“Sobre a economia, será abordado o investimento em África, ou seja, o que é que os líderes pensam sobre o investimento no continente, particularmente sobre as áreas por investir”, referiu Banze.

O Relatório da visita de trabalho do Primeiro-Ministro da República italiana, Matteo Renzi, à República de Moçambique, a 19 de julho de 2014;

Os Preparativos para a visita da Presidente da República do Chile, Michelle Bachelet, à República de Moçambique, de 10 a 11 de Agosto de 2014;

O Relatório da Cimeira dos PALOP, realizada em Luanda, Angola, a 30 de Junho de 2014;

Os relatórios da visita oficial do Primeiro-Ministro à Bielorrússia e da visita de Trabalho à Federação russa, de 21 a 25 de Julho de 2014;

O Conselho de Ministros apreciou ainda o diálogo entre o Governo e a Renamo, bem como o processo eleitoral.

Em Conselho Consultivo do GABINFO

## Comunicação Social Pública debate migração digital

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O Gabinete de Informação (GABINFO) realizou, há dias, o quinto Conselho Consultivo, em Bilene, província de Gaza, em que o tema de fundo foi o debate sobre o processo de migração digital para rádio e televisão.

Intervindo no encontro, o director do GABINFO, Ezequiel Mavota, reiterou a existência da empresa que vai gerir o sinal digital, a TMT, destacando que nas empresas de comunicação social pública, os processos de produção estão a ser alterados rumo à migração digital.

A efectivação da migração digital está orçada em 223 milhões de dólares, valor destinado à aquisição do equipamento necessário para a digitalização da Televisão de Moçambique (TVM) e da Rádio Moçambique (RM), particularmente para a construção de estúdios e implantação da Rede de Transmissão da TV Digital.

“Estão garantidos os meios que permitirão aos órgãos transmitir informação à população”, garantiu Mavota.

Para difundir a informação sobre a migração digital, o governo recorre os meios de comunicação social e realiza seminários.

O jornalista Simão Anguilaze defendeu, na sua intervenção, que o Gabinete de Informação deve coordenar com a Comissão Instaladora, da qual faz parte, o melhor pacote a ser disponibilizado ao cidadão, e a necessidade de integração do Instituto de Comunicação Social (ICS) beneficiário dos valores a serem atribuídos no quadro da migração digital, acrescentando que até Dezembro



Foto de família do Conselho Coordenador do GABINFO

deste ano serão instalados emissores digitais de testes em todas as capitais provinciais do país.

### Cobertura eleitoral

Para garantir a cobertura das eleições de 15 de Outubro, os órgãos de comunicação social do sector público vão mobilizar mais de 500 profissionais.

O tempo de antena será, entretanto, regulado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), de acordo com o instituído na Lei.

Os órgãos de comunicação social do sector público têm a obrigação de cumprir a Lei e permitir que os partidos políticos divulguem os seus manifestos no acto da campanha eleitoral.

“Os órgãos de informação vão garantir que a informação chegue às pessoas”, assegurou Mavota.

O quinto Conselho Consultivo do GABINFO discutiu, igualmente, matérias relacionadas com a formação dos profissionais da comunicação social e seu enquadramento.

Os participantes do encontro destacaram, entretanto, a necessidade de melhorar a produtividade

institucional, tendo em conta a valorização das competências profissionais dos funcionários; capacitação permanente dos gestores sobre os procedimentos de avaliação de desempenho; credibilização do sistema de avaliação e concepção de um programa de formação a médio e longo prazos a ser divulgado nas instituições.

No quadro da planificação e orçamentação, os participantes do Conselho Consultivo do GABINFO partilharam experiências sobre a elaboração de planos de desenvolvimento.

No encontro, destacou-se que nos próximos tempos, os órgãos de comunicação social públicos deverão ter programa único, privilegiando as acções de impacto na vida das instituições.

Como desafio, os participantes comprometeram-se a implementar as decisões tomadas no Conselho Consultivo, para melhorar a prestação dos órgãos de comunicação social do sector público, contribuindo para a divulgação das realizações do Governo no quadro do combate à Pobreza no país.

Centro Regional de Ciência e Tecnologia-Centro

## Investigação é prioridade para impulsionar desenvolvimento do país

Por Elisete Muiambo/Moçambique

Uma das metas do sector de ciência e tecnologia no quinquénio 2010-2014 é o desenvolvimento da investigação, bem como a transferência de tecnologias e inovação tendo em conta as necessidades da área industrial. Os objectivos estratégicos definem quatro pontos, nomeadamente, promover, consolidar e dinamizar o sistema de ciência, tecnologia e inovação para a obtenção de produtos e serviços que maximizem o valor dos recursos existentes no país; estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico como instrumentos de combate à pobreza; promover mecanismos, plataformas e infra-estruturas que facilitem a disseminação e adopção de tecnologias nas comunidades, bem como desenvolver acções para que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) actuem como plataforma para o exercício da democracia, cidadania, empreendedorismo e boa governação.

O Centro Regional de Ciência e Tecnologia-Centro, com sede em Tete, tem a missão de promover a investigação científica e todas actividades que convergem para o melhoramento da produtividade na região, olhando para as



**Directora Regional Centro de Ciência e Tecnologia, Ana da Graça**

universidades e instituições de investigação e, cabendo ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) contribuir para a definição de prioridades, tendo em conta as potencialidades que contribuem para o desenvolvimento do país.

Em entrevista efectuada recentemente com a directora do Centro Regional de Ciência e Tecnologia-Centro, Ana da Graça, o 'Jornal Moçambique' apurou que no período 2010-2014, o sector realizou 19 expedições científicas nos distritos da região centro, com o objectivo de fazer o

levantamento do potencial económico através da pesquisa e transmissão de conhecimentos às comunidades. A iniciativa abrangeu seis distritos das províncias de Tete e Sofala, quatro em Manica e três na Zambézia.

Ana da Graça explicou que o facto de o sector da ciência, tecnologia e inovação ser abrangente, não significa que o mesmo se subscreva ao Ministério da Ciência e Tecnologia, defendendo, entretanto, que outras áreas devem contribuir para o alcance dos objectivos que visam o desenvolvimento do país. A directora destacou que o papel do MCT é promover a investigação científica.

“Quando falamos de transversalidade referimo-nos a áreas como agricultura, desenvolvimento de tecnologias agrárias, centros de demonstrações, áreas que investigam e contribuem para a melhoria de técnicas de produção, sementes, entre outros sectores que impulsionam o desenvolvimento económico do país”, salientou.

O Centro Regional de Ciência e Tecnologia-Centro implantou, no quinquénio em curso, outros centros de investigação e



Cont. na pág 8

Cont. da pág 7

transferência de tecnologias, com o objectivo de aumentar a produção de milho e arroz. Trata-se dos centros de investigação dos distritos de Bárúe e Caia, em Sofala, bem como Angónia e Tsangano, em Tete, que dispõem de equipamento para o treinamento de camponeses e para a transferência de tecnologias e intercâmbio com universidades indianas, para a transmissão de experiência da revolução verde.

“Então, queremos trazer a experiência da Índia, através da qual alcançou sucesso na revolução verde”, sublinhou Ana da Graça.

A directora explicou que os centros de investigação incluem laboratórios, machambas de demonstrações e escolas onde decorre o treinamento prático.

### Domínio da inovação

Através de um programa denominado “Inovador Moçambicano”, identificou-se inovadores que contribuem para o desenvolvimento da região centro. Trata-se de 46 potenciais inovadores, dos quais 38 protótipos, sendo 17 na província de Sofala, 12 em Tete, 11 na Zambézia e seis em Manica, nas áreas de agricultura, rádio, metalomecânica e agro-processamento.

Dezoito inovadores receberam financiamento para a melhoria dos protótipos, tendo se destacado um inovador de rádio, na cidade de Quelimane, na Zambézia.

Há igualmente inovadores que contribuem para o desenvolvimento dos respectivos distritos nas áreas de agricultura, bombas de irrigação e sistemas de abastecimento de água.

“Na região centro existe um inovador que foi galardoado pelo Presidente da República no dia dos heróis moçambicanos, por ter criado um sistema que fornece energia a mais de 60 famílias, através de uma inovação de uma mini hídrica, numa zona recôndita que era difícil imaginar que pudessem ter acesso a energia” apontou a directora.

A energia do referido sistema permite o processamento de milho, irrigação dos campos agrícolas, iluminação de residências, entre outras actividades que contribuem para o desenvolvimento económico da região.

Ainda no âmbito da promoção de atitudes e cultura de inovar, o sector de ciência e tecnologia realizou seminários de divulgação do programa “Inovador Moçambicano” nas províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Tete, bem como diálogos provinciais de inovação e inclusão nas referidas, envolvendo governantes, inovadores e sector privado.

### Actividades de relevo

O Centro Regional de Ciência e Tecnologia-Centro estabeleceu as Vilas do Milénio de Malua, na Zambézia e de Chitima, em Tete, onde são treinados camponeses em técnicas de produção e processamento de frango. Naqueles centros estão instalados viveiros de hortícolas e quatro campos de transferência de tecnologias agrárias.

As vilas do Milénio contribuem para o desenvolvimento das regiões onde se encontram os centros de transferência de tecnologias e desenvolvimento humano, pois permitem a capacitação das comunidades através da transmissão de conhecimentos práticos.

“Porque o nosso objectivo é levar o conhecimento às comunidades, achamos que é através do domínio da ciência e tecnologia que Moçambique poderá ser competitivo, uma vez que estamos numa sociedade de informação, as pessoas devem ser formadas”, sustentou a fonte.

Ainda no quinquénio em curso, foram estabelecidos 10 centros multimédia e comunitários na zona centro do país. Os centros multimédia possuem tecnologias que permitem às comunidades o acesso a televisão, rádio e outros serviços.

Os centros multimédia constituem igualmente instrumentos de transmissão de conhecimentos e de empoderamento das comunidades através de formação. É neste contexto que no âmbito do programa “Criando Cientistas Moçambicanos do

Amanha” foram identificados cerca de 3.500 jovens e formados 460 professores em Tecnologias de Comunicação e Informação.

“Portanto, se há programas das áreas de saúde e agricultura, que o distrito julga serem importantes, através dos meios audiovisuais que existem nos centros, pode-se capacitar as comunidades”, sublinhou Ana da Graça.

### Desafios do sector

Constituem desafios da área da ciência e tecnologia, o estabelecimento contínuo de centros de investigação e transferência de tecnologias na região centro, para impulsionar o desenvolvimento.

Os centros devem privilegiar os distritos como os pólos de desenvolvimento, através do estabelecimento de centros vocacionais de ciência e tecnologia, que servirão como unidades de transferência de tecnologias, como é o caso do projecto-piloto em curso no distrito de changara, em Tete.

A directora do Centro Regional de Ciência e Tecnologia-Centro apontou, entretanto, como grande desafio o desenvolvimento do capital humano.

“Temos a consciência que, provavelmente, pelo nível de conhecimento desejado do ponto de vista de recursos humanos qualificados para o sector da indústria extractiva, por exemplo, o nosso sector ainda não tem o necessário para a pesquisa e desenvolvimento da actividade” afirmou a entrevistada.

### Ficha Técnica



Propriedade do  
Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Túnia Macuácuva - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brígida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av. Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - [jornalmocambique@gmail.com](mailto:jornalmocambique@gmail.com)

tel nº 21 49 02 09

[www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz)

# Finanças pretendem dinamizar gestão de fundos públicos

Por: Elisete Muiambo/Moçambique



## Ministro da Finanças, Manuel Chang

Com o objectivo de difundir as Boas Práticas na implementação de sistemas de controlo interno eficazes, bem como melhorar os procedimentos para a elaboração do parecer sobre a conta gerência e o papel dos gestores na melhoria da gestão dos fundos públicos, a Inspeção-Geral das Finanças, realizou, recentemente, em Maputo, sob o lema “O Papel do Gestor na Implementação de um Sistema de Controlo Interno Eficaz e sua Relação com a Auditoria Interna”, um seminário, onde o Ministro da Finanças, Manuel Chang, reconheceu, na abertura do encontro, a importância do mesmo para a promoção de intercâmbio entre os agentes, que têm a missão de executar o Orçamento do Estado, e os responsáveis pela auditoria e controlo internos, de modo a que compreendam a complementaridade das suas funções para o alcance das

metas institucionais.

“Por conseguinte, o seminário é realizado na sequência da redefinição do Modelo de Negócio da Inspeção-Geral de Finanças, através da aprovação do Modelo Conceptual do Subsistema de Controlo Interno, que teve como corolário a aprovação, pelo Conselho de Ministros, em Novembro do ano transacto, do Decreto n.º 60/2013 de 29 de Novembro, que veio consagrar a Inspeção-Geral de Finanças como o Órgão de Supervisão de todo o Subsistema de Controlo Interno, no âmbito do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE)” explicou Chang.

O evento tinha, igualmente, como objectivo, viabilizar os mecanismos de detecção, correcção e ajustes diante de eventuais desvios e desperdícios,

preservando, ao mesmo tempo, os princípios fundamentais da legalidade, regularidade, eficiência e eficácia na administração pública.

“Por isso, o seminário assume extrema importância, dando ênfase ao papel do controlo interno na fiscalização e auditoria da execução dos planos e orçamentos, especialmente nos processos de arrecadação, administração, aplicação e uso dos recursos públicos, com o intuito de colher subsídios e garantir maior apropriação, harmonização e alinhamento de ideias entre os intervenientes nesta matéria”, sublinhou o dirigente.

O controlo interno enquanto sistema de princípios, normas e técnicas, quando devidamente organizado e estruturado, assegura aos governos acompanhamento constante da execução dos planos e orçamentos, através da avaliação do nível de cumprimento das metas previstas e da respectiva legalidade e regularidade, auxiliando os gestores públicos para o alcance dos resultados esperados, com menor perda de recursos.

O encontro serviu, igualmente, para difundir o quadro legal e institucional das reformas em curso no sector das finanças, cujo instrumento orientador é o Modelo Conceptual do SCI, bem como actualizar os conhecimentos sobre os procedimentos para emissão do parecer sobre a conta gerência.

**Leia o Portal do Governo:**  
[www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz)

# Conselho Coordenador do MITRAB destaca criação de emprego

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

O Vigésimo sexto Conselho Coordenador do Ministério do Trabalho (MITRAB) realizado, recentemente, em Nampula, no norte do país, destacou como uma das grandes realizações do sector, no quinquénio 2005- 2014, a criação de pouco mais de dois mil e duzentos mil empregos, como resultado da acção directa do sector privado e das medidas de promoção de emprego levadas a cabo pelo Governo, particularmente a melhoria da prestação dos centros de formação profissional.

A criação dos referidos postos de trabalho foi possível graças à implementação da Estratégia de Emprego e Formação Profissional, aprovada pelo Governo, em Março de 2006, com o objectivo de promover o aumento e o fortalecimento da empregabilidade da força do trabalho, bem como melhorar o quadro regulador para o desenvolvimento do sector privado.

Falando à margem do evento, a Ministra do Trabalho, Helena Taipo, afirmou que o acesso a emprego é crescente devido a boa articulação e complementaridade entre os



Ministra do Trabalho, Helena Taipo

programas de promoção de emprego e de criação de oportunidades de trabalho, levados a cabo pelos diversos actores e sectores no âmbito do investimento interno, do Fundo de Desenvolvimento Distrital, Fundo de Apoio à Iniciativa Juvenil, da criação do Instituto de Pequenas e Médias Empresas, bem como a melhoria do ambiente de negócios e simplificação dos procedimentos de registos de pequenas e médias empresas.

Segundo Taipo, a implantação de

projectos de investimento na exploração de recursos naturais é fundamental para dinamizar outros sectores de actividade, particularmente as áreas de serviços, agricultura e construção civil.

“Além da dinamização de outros sectores de actividade económica, a indústria ligada à exploração dos recursos naturais, em particular as multinacionais, deve juntar-se ao governo e a outros actores envolvidos no mercado laboral para a preparação da mão-de-obra nacional, maioritariamente jovem, para tirar partido das oportunidades de emprego geradas pelo sector moderno da economia”, salientou a Ministra.

A dirigente apontou, entretanto, como desafios do sector do trabalho, a criação de políticas e medidas de promoção de emprego, com base em informação fiável e tempestiva relativa às características do desemprego e nas exigências da procura do trabalho; a necessidade contínua de alinhar a formação profissional às exigências do mercado; abertura da segurança social



Cont. na pág 12

obrigatória para as categorias de trabalhadores previstos na Lei; melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados aos utentes da segurança social obrigatória, através da informatização de processos e simplificação de procedimentos; redução da dívida de contribuições da segurança social obrigatória; bem como descentralização e garantia do funcionamento efectivo dos mecanismos de diálogo social.

“Estamos conscientes de que estes desafios poderão ser enfrentados do mesmo modo como o fizemos nos últimos anos, com garra, empenho e determinação. Daí que esperamos que até 2015 consigamos implementar todas as recomendações emanadas deste encontro, que nos ajudarão a transpor os obstáculos decorrentes do processo”, sublinhou a Taipo.

No âmbito do compromisso do Governo de criar postos de trabalho e garantir estabilidade no mercado laboral foram aprovadas as Leis do Trabalho e de Protecção Social; Regulamento da Segurança Social Obrigatória; a Estratégia de Emprego e Formação Profissional, o Regulamento sobre a Contratação da Mão-de-Obra Estrangeira; o Regulamentos do Trabalho Doméstico; o Decreto que cria a COMAL e o seu Regulamento; o Regime jurídico de Acidentes de trabalho e Doenças Profissionais; o Regulamento de Estágios Pré-Profissionais; o Estatuto Orgânico da Inspeção-Geral do Trabalho; o Regulamento da Inspeção-Geral do Trabalho; o Regulamento do Trabalho Desportivo e foi criado o Instituto de Estudos Laborais “Alberto Cassimo”. O executivo moçambicano fixou os salários mínimos por sector de actividades.

Sob o lema “Por um Ministério do Trabalho em Prol da Promoção do Emprego, Protecção Social e Legalidade Laboral”, o Vigésimo sexto Conselho Coordenador do MITRAB discutiu aspectos que visam aprimorar

as acções no sector do trabalho, com destaque para a promoção do emprego, protecção social, legalidade laboral e consolidação dos mecanismos do diálogo social.

## Em Reunião Nacional ANAM avalia quinquénio

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

*A Associação Nacional dos Municípios (ANAM) aprovou os novos valores para o pagamento de quotas por parte dos seus membros, bem como a análise do relatório do quinquénio passado e eleição de novos corpos dirigentes com vista a dar uma nova dinâmica a entidade.*

A associação foi criada co intuito de criar maior proximidade entre as novas estruturas administrativas no âmbito do processo de descentralização que estão em curso no país.

Falando no acto das actividades da ANAM, a porta-voz e presidente do município de Mandlakazi, Maria helena Langa disse que já foram aprovados os relatórios de contas dos cinco anos transatos, do plano estratégico e revisão dos estatutos de modo a adequar as mudanças do momento.

Um dos pontos a ter em conta de acordo com a Helena Langa foi a questão de quotas que sofreram um agravamento de 25%.

As quotas variam consoante a classificação dos municípios, uma vez que os municípios encontram-se divididos em quatro escalões nomeadamente A, B, C e D.

“Para os casos dos municípios de Vila o valor anterior cobrado eram cinquenta

mil e agora passa a ser setenta e cinco mil meticais, e para os municípios do grupo A, a quota era de 250 meticais e foi acrescido 25% passando a pagar 312.50 mil meticais”, explicou.

“Existe défice na questão da quotização mas, os membros foram aconselhados a regularizar a situação para um bom desempenho da associação”, informou a porta-voz do encontro.

Segundo a entrevistada, foi um momento de reencontro entre os municípios de Moçambique, estiveram representantes dos 53 municípios, em que puderam abordar a vida dos municípios, e os parceiros de cooperação que puderam apresentar o estágio das actividades realizadas nos municípios, e desafios encarrados.

Estamos no início de um novo mandato e alguns dos dirigentes não renovaram os seus mandatos, daí a eleição de novos corpos directivos da associação.

Para a eleição, houve duas propostas nomeadamente a proposta A, que incluía a mesa da Assembleia da ANAM, uma proposta para o Conselho Nacional, uma para o conselho ditrectivo, e uma proposta B que trazia apenas o Conselho nacional.

## Na Administração Pública Arquivos organizados facilitam acesso à informação

Por : Brígida da Cruz Henrique/Moçambique

Perto de 1500 profissionais do Estado, de diversas categorias, oriundos de todo o país, participam, sexta-feira, em Maputo, na primeira Conferência Nacional de Arquivos, a decorrer sob o lema “Consolidando o Acesso à Informação e a Preservação da Memória Institucional na Administração Pública”, cuja abertura será dirigida pelo Presidente da República, Armando Guebuza.

Segundo a Ministra da Função Pública, Vitória Diogo, entrevistada pelo 'Jornal Moçambique', a instituição organizadora da Conferência Nacional de Arquivos na Administração Pública fará o balanço da Estratégia Nacional dos Arquivos e do Sistema Nacional dos Arquivos do Estado (SNAE), aprovados, respectivamente, em 2006 e 2007. Serão ainda tornadas públicas as estatísticas dos Funcionários e Agentes do Estado, um instrumento que visualiza, quem são, onde estão e como estão os profissionais do Estado. O evento vai, igualmente, distinguir as três melhores instituições, que para além de implementarem correctamente o Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE), inovaram os mecanismos de organização e arquivo de informação pública.

“Temos arquivos que são um exemplo, por isso, premiaremos os três melhores”, referiu Vitória Diogo, para quem o ponto mais alto da primeira Conferência Nacional de Arquivos será o lançamento do nono (IX) volume dos discursos do Chefe do Estado. “E isto preserva um pensamento, um legado. E as colectâneas dos discursos do Presidente da República são fontes de informação que sustentam pesquisas académicas levadas a cabo especialmente por estudantes universitários”.

Similar às anteriores conferências das Boas Práticas na Administração Pública moçambicana, a presente tem o privilégio de versar somente sobre a gestão documental e preservação da memória institucional. Passam sensivelmente oito



**Ministra da Função Pública, Vitória Diogo**

anos que o sector despertou sobre a urgência de gerir e arquivar devidamente os documentos, para facilitar o acesso à informação.

“Quando um documento é bem arquivado, não se depende de terceiros para o seu resgate. Quando se fala em celeridade no atendimento é que o resgate de informação melhorou e melhorou também a nossa prestação de serviços e ocorre em simultâneo a preservação da memória institucional”, considerou Vitória Diogo. As conferências da Administração Pública sobre Boas Práticas são resultado de uma governação participativa e inclusiva pois juntam vários seguimentos da função pública a nível nacional, escolas do governo, vários níveis de chefia, os melhores funcionários, organizações sócio-profissionais e da sociedade civil. Constituem um momento de convergência dos prestadores de serviços e utentes dos serviços públicos. Nestes encontros debatem-se assuntos centrais do Estado. É um momento em que se forja o pensamento comum e estratégico para que as instituições públicas funcionem da melhor forma.

“Em conferências das Boas Práticas na Administração Pública juntamo-nos e debatemos matérias específicas com profundidade. São momentos de exaltar e

celebrar aquilo que são as nossas realizações e reflectirmos sobre os desafios a enfrentar”, explicou a Ministra da Função Pública, para quem “um dos grandes ganhos daqueles eventos é assegurar o acesso regado à informação e o despertar, no seio dos profissionais ligados a área, de um entendimento da importância da gestão e arquivo correcto de documentos. Os debates aprimoram a nossa actuação”.

Outro ganho que Vitória Diogo apontou é que mais pessoas tendem a formar-se na área documental, por perceberem que trata-se do 'coração' das instituições públicas. “Percebem as necessidades de classificar os documentos, determinando a confidencialidade, intermediação e permanência”.

A Ministra da Função Pública recorda, entretanto, aos gestores dos Recursos Humanos do sector público que nos termos do Decreto 31/2013, que se debruça sobre regularização dos Agentes do Estado em situação irregular, portanto os contratados, o seu regime termina a 31 de Dezembro corrente. Neste contexto, chama a atenção aos Agentes do Estado, para juntarem os documentos de modo a requererem a sua entrada no quadro de pessoal, pois, caso não o façam, a partir de Janeiro de 2015, os visados terão que depender de concursos para a sua admissão.



## CÓDIGO DA ESTRADA

### ARTIGO 87 (Utilização de acessórios de segurança)

1. O condutor e passageiros transportados em automóveis são obrigados a usar os cintos e demais acessórios de segurança nos termos fixados em regulamento.
2. Os condutores e passageiros de motociclos, com ou sem carro lateral, e de ciclomotores devem proteger a cabeça usando capacete de modelo oficialmente aprovado, devidamente ajustado e apertado.
3. Exceptuam-se do disposto no número anterior os condutores e passageiros de veículos providos de caixa rígida ou de veículos que possuam, simultaneamente, estrutura de protecção rígida e cintos de segurança.
4. As crianças com menos de 12 anos de idade, transportadas em automóveis equipados com cintos de segurança, devem ser seguras por sistema de retenção homologado e adaptado ao seu tamanho e peso.
5. O transporte das crianças referidas no número anterior deve ser efectuado no banco da retaguarda, salvo nas seguintes situações:
  - a) Se a criança tiver idade inferior a 3 anos e o transporte se fizer utilizando sistema de retenção virado para a retaguarda, não podendo, neste caso, estar activada a almofada de ar frontal do passageiro;
  - b) Se a criança tiver idade igual ou superior a 3 anos e o automóvel não dispuser de cintos de segurança no banco da retaguarda, ou não dispuser deste banco.
6. Nos automóveis que não estejam equipados com cintos de segurança é proibido o transporte de crianças de idade inferior a 3 anos.
7. Nos automóveis destinados ao transporte público de passageiros podem ser transportadas crianças sem observância do disposto nos números anteriores, desde que não o sejam nos bancos da frente.
8. A contravenção do disposto nos n.ºs 4 a 7 é punida com a multa de 300,00 Mt por cada criança transportada indevidamente.
9. A contravenção do disposto no n.º 1 é punida com a multa de 500,00 Mt.
10. A contravenção do disposto no n.º 2 é punida com a multa de 300,00 Mt.

### ARTIGO 88 (Condução profissional de veículos de transporte)

1. A prestação de serviços remunerados só é permitida aos titulares da carta de condutor profissional.
2. Por razões de segurança, podem ser definidos, para os condutores profissionais de veículos de transporte, os tempos de condução e descanso e, bem assim, pode ser exigida a presença de mais de uma pessoa habilitada para a condução de um mesmo veículo.
3. A contravenção do disposto neste artigo é punida com a multa de 10.000,00Mt, pela qual respondem solidariamente o contraventor e a entidade patronal cujo serviço se encontra adstrito.

# Breves

## Ministra Diogo reúne-se com quadros de Escolas do Governo

A Ministra da Função Pública, Vitória Diogo, dirige, esta quarta-feira, em Maputo, reunião de coordenação, envolvendo a Direcção Nacional de Gestão Estratégica de Recursos Humanos do Estado e as Escolas de Governo, nomeadamente, o Instituto Superior de Administração Pública e os Institutos Médios de Formação em Administração Pública e Autárquica de Maputo, Beira e Lichinga.

O evento visa analisar o desempenho das Escolas do Governo referente ao segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, bem como troca de experiências entre os participantes.

A reunião conta com a participação de quadros do Ministério da Função Pública, representantes de Escolas do Governo, chefes Provinciais de Repartição de Formação, bem como pesquisadores e académicos.

## Embaixadora da Suíça deixa Moçambique

A embaixadora da Suíça em Moçambique, Therese Adam, despediu-se, ontem, do Chefe do Estado, Armando Guebuza, depois de trabalhar no país durante quatro anos.

Na hora de despedida, Therese Adam afirmou que a Suíça tem boas relações com Moçambique e destacou os projectos em curso nas áreas de educação e saúde, bem como o apoio ao Orçamento de Estado.

No que diz respeito à cooperação na área de desenvolvimento, a embaixadora referiu que a Suíça vai dar continuidade ao programa que termina em 2016, bem como o apoio ao Orçamento de Estado.

Therese Adam apontou que nos últimos três anos, o investimento suíço atingiu mais de um milhão de francos suíços.

A Suíça tem, em Moçambique, projectos nos sectores de saúde, água, agricultura, bem como empresas de logística, tecnologia e energia.



## ARTIGO 89

### (Proibição de utilização de certos aparelhos)

1. É proibido ao condutor utilizar, durante a marcha do veículo, qualquer tipo de auscultadores sonoros, de aparelhos radiotelefónicos e televisores.
2. Exceptuam-se do número anterior os aparelhos dotados de um auricular ou de microfone com sistema alta voz, cuja utilização não implique manuseamento continuado e televisores em veículos destinados ao transporte de passageiros.
3. É proibida a instalação e utilização de quaisquer aparelhos, dispositivos ou produtos susceptíveis de revelar a presença ou perturbar o funcionamento de instrumentos destinados à detecção ou registo das transgressões.
4. A contravenção do disposto no n.º 1 é punida com a multa de 2.000,00 Mt.
5. A contravenção do disposto no n.º 3 é punida com a multa de 2.750,00 Mt e com perda dos objectos, devendo o agente de fiscalização proceder à sua imediata remoção e apreensão ou, não sendo ela possível, apreender o documento de identificação do veículo até à efectiva remoção e apreensão daqueles objectos.

## SECÇÃO II

### Comportamento em caso de avaria ou acidente

## ARTIGO 90

### (Imobilização forçada por avaria ou acidente)

1. Em caso de imobilização forçada de um veículo em consequência de avaria, o condutor deve proceder imediatamente ao seu regular estacionamento ou, não sendo isso viável, retirar o veículo da faixa de rodagem ou aproximá-lo o mais possível do limite esquerdo desta e promover a sua rápida remoção da via pública.
2. Enquanto o veículo não for devidamente estacionado ou removido, o condutor deve adoptar as medidas necessárias para que os outros se apercebam da sua presença, usando para tanto os dispositivos de sinalização previstos no presente Código e legislação complementar.
3. É proibida a reparação de veículos na via pública, salvo se for indispensável à respectiva remoção ou, tratando-se de avarias de fácil reparação, ao prosseguimento da marcha.
4. Nas circunstâncias referidas nos números anteriores, as pessoas que não estiverem envolvidas nas operações de sinalização, remoção ou reparação do veículo não devem permanecer na faixa de rodagem.
5. A contravenção do disposto nos números anteriores é punida com a multa de 1.000,00 Mt, se outra não for especialmente aplicável.

## ARTIGO 91

### ( Sinal de pré-sinalização de perigo)

Todos os veículos a motor em circulação, salvo os dotados apenas de duas ou três rodas, motocultivadores e os tratocarros, devem estar equipados com dois sinais de pré-sinalização de perigo retrorreflectores e um colete reflectivo.

É obrigatório o uso do sinal de pré-sinalização de perigo:

Durante o dia, sempre que o veículo imobilizado, total ou parcialmente, na faixa de rodagem ou a carga que tenha caído sobre o pavimento não for visível a uma distância de, pelo menos, 100 m;

Do anoitecer ao amanhecer, em quaisquer circunstâncias de imobilização do veículo ou de carga caída na faixa de rodagem ou na berma, salvo nos locais onde as condições de iluminação permitam um fácil reconhecimento a uma distância de 100 m, sem prejuízo do disposto no presente Código quanto à iluminação dos veículos;

No interior das localidades e nas situações em que a colocação do triângulo de pré-sinalização não seja viável, o veículo avariado deve ser sinalizado com o uso em simultâneo de todas as luzes indicadoras de mudança de direcção.

## O Município da Matola

Matola é a capital da província de Maputo. Faz limite, a noroeste e a norte, com o distrito de Moamba, a oeste e sudoeste com o distrito de Boane, a sul e a este com a cidade de Maputo e a noroeste com o distrito de Marracuene. O município tem uma área de 373 km<sup>2</sup> e uma população é (de acordo com o censo de 2007) de 672 508 habitantes, representando um aumento de 58,3 por cento em relação aos 424 662 habitantes registados no censo de 1997.

Devido à dinâmica económica e demográfica, Matola foi elevada à categoria de cidade B, a 2 de Outubro de 2007, mesmo estatuto da Beira e Nampula.

Matola é também nome de um pequeno rio que desagua na Baía de Maputo através de um estuário comum a outros dois (o Umbelúzi e o Tembe).

O nome Matola provém de Matsolo, povo bantu que se fixou na região a partir do século II. Em 1895, a área da Matola passou a fazer parte da 1ª Circunscrição Civil de Marracuene, no então distrito de Lourenço Marques, quando Moçambique era colónia portuguesa. A povoação foi criada pela portaria nº. 928, de 12 de Outubro de 1918.

Ainda como parte da Circunscrição de Marracuene, o Posto Administrativo da Matola foi criado a 17 de Novembro de 1945, abarcando três centros populacionais: Boane, Machava e Matola Rio. Os progressos registados levaram à emancipação municipal, criando-se o Concelho da Matola, a 5 de Fevereiro de 1955, e a criação do Município da Matola para a reger a área.

Uma portaria de 20 de Abril de 1968 determinou que a então Vila da Matola passasse a ser denominada Vila Salazar, em homenagem ao presidente do Conselho de Ministros de Portugal, António de Oliveira Salazar. Eugénio Castro Spranger foi o primeiro presidente da câmara, sucedido por Abel Baptista, que impulsionou um processo de urbanização do concelho iniciando, já em 1963, a construção do Cemitério da Matola, a residência oficial do presidente da Câmara Municipal e os Paços do Concelho.

Paralelamente, foi construída a Igreja Paroquial de São Gabriel, o Cinema de São Gabriel, a Escola Primária Paula Isabel, a Escola de Santa Maria, a Escola do Dr. Rui Patrício e a Missão de Liqueleva. Mais tarde, são estabelecidas as Escolas Secundárias da Matola e da Machava, a Escola Industrial da Matola e o Cinema 700 (actual Auditório Municipal Carlos Tembe). Na zona industrial, foram instaladas fábricas de cimento, a Companhia Industrial da Matola, o complexo mineiro dos Caminhos de Ferro de Moçambique, a Shell Company e a Caltex. O aumento do fluxo diário de pessoas entre a então Vila Salazar e Lourenço Marques (hoje Maputo) levou à criação da Companhia de Transportes de Moçambique.

## Curiosidades

### O cimento

Um das grandes fábricas instaladas no Município da Matola é a Cimentos de Moçambique.

Cimento é matéria-prima na construção civil. O material recebeu o nome de cimento Portland, atribuído em 1824 pelo químico

britânico Joseph Aspdin, em homenagem à ilha britânica de Portland, no condado de Dorset.

Joseph Aspdin queimou pedras calcárias e argila, transformando-as num pó fino. Percebeu que obtinha uma mistura que, após secar, tornava-se tão dura quanto as pedras empregadas nas construções. A mistura não se dissolvia em água e foi “baptizada” pelo construtor no mesmo ano, com o nome de cimento Portland, que recebeu esse nome por apresentar cor e propriedades de durabilidade e solidez semelhantes às rochas da ilha britânica de Portland.

O cimento pode ser definido como um pó fino, com propriedades aglomerantes, ou aglutinantes, que endurece sob a acção da água. Com a adição de água, torna-se uma pasta homogénea, capaz de endurecer e conservar sua estrutura, mesmo em contacto novamente com a água. Na forma de concreto, torna-se uma pedra artificial, que pode ganhar formas e volumes, de acordo com as necessidades de cada obra. Graças a essas características, o concreto é o segundo material mais consumido pela humanidade, superado apenas pela água.

Fonte: [lafarge.com.br](http://lafarge.com.br)